

2.4

Breves notas sobre alguns caciques Guarani do sul de Mato Grosso do Sul (sec. XIX, Brasil)

Pablo Antunha Barbosa*

RESUMO

Trazendo alguns elementos da trajetória de alguns outros caciques guarani do século XIX (Libânio, Cuiabá, Hurú, Iguaçu etc.), este trabalho visa analisar as formas de mediação entre os aldeamentos indígenas oficiais e os alojamentos ou aldeias livres dos Guarani localizados nos vales do médio rio Paraná. Libânio foi o principal guia indígena das explorações realizadas por João Henrique Elliott e Joaquim Francisco Lopes em nome do Barão Antonina, figura central na formação e na consolidação destes estabelecimentos na segunda metade do século XIX. Enquanto as expedições avançam pelo interior, os diferentes caciques desenvolvem estratégias situadas para lidar com a nova situação colonial que se coloca a eles no período prévio à guerra da Tríplice Aliança. De alguma forma, essas diferentes estratégias permitirão que se repense a temática dos deslocamentos guarani, muitas vezes tidos como o resultado único de migrações religiosas.

PALAVRAS-CHAVE

Caciques Guarani

João Henrique Elliott

Joaquim Francisco Lopes

Mato Grosso do Sul

Aldeamentos indígenas séc. XIX

* Docente do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (CFCHS/UFSB).

OS GUARANI DE MATO GROSSO DO SUL NO SÉCULO XIX: A HISTÓRIA DE UM ESQUECIMENTO

Na literatura histórica e antropológica contemporânea sobre a região de fronteira entre o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e a região Nordeste do Paraguai, o cenário e a cronologia de ocupação dos territórios dos povos de língua guarani foram pintados da seguinte forma. Em primeiro lugar, uma etapa colonial marcada pela atividade dos jesuítas nas antigas províncias dos Itatim e Guairá. Etapa no entanto curta, já que interrompida precocemente pela invasão dos bandeirantes ainda no século XVII (MONTEIRO, 1994). Em seguida, e depois de um longo período de “vazio” de quase dois séculos durante o qual a maioria dos grupos guarani da região teria supostamente se “refugiado” nas matas, surge a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), como um terceiro momento detonador da “História” regional: acontecimento que redefine toda a dinâmica territorial e demográfica da região ao incentivar a instalação de colonos. Com o final da guerra, em 1870, um tratado de fronteira (1872) com as atuais fronteiras entre o Brasil e o Paraguai é assinado. O fim da guerra marcaria, então, a consolidação da exploração particular na região, abrindo vastos espaços para capital privado.

No sul de Mato Grosso do Sul, o “Ciclo da Erva” – nome que a historiografia deu para essa quarta etapa – começou em 1882, após o governo imperial brasileiro conceder em arrendamento extensos ervais naturais para a Cia. Matte Larangeira. Já do

lado paraguaio da fronteira, o mesmo processo foi observado a partir de 1883 com a venda de extensos campos para empresas como a La Industrial Paraguaya S.A. e a mesma Cia. Matte Larangeira.¹ Ainda é difícil estimar a quantidade de indígenas, sobretudo de língua guarani, que trabalharam direta ou indiretamente para essas empresas durante as aproximadas cinco décadas que este “ciclo” durou. No entanto, alguns estudos relativamente recentes mostram que a quantidade de indígenas está subdimensionada nos registros históricos e que, em certas microrregiões, como a do alto rio Iguatemi, por exemplo, a proporção de indígenas que trabalharam para ervateiros foi altíssima em relação aos trabalhadores paraguaios, brasileiros, correntinos etc.²

De qualquer forma, o “Ciclo da Erva” nesta região teve um declive progressivo, sobretudo a partir da década de 1920. No Paraguai, por exemplo, isso se deu pela competitividade com a erva-mate plantada em outras regiões, como em Misiones, na Argentina, ou no próprio Mato Grosso do Sul. Já neste último estado a crise se estabeleceu em razão do fim progressivo do monopólio da Cia. Matte Larangeira em favor do loteamento da região. Tal política de loteamento foi inicialmente pensada durante a Primeira República e consolidada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Ela fazia parte de um novo plano de integração nacional da fronteira sul mato-grossense no marco da chamada “Marcha para o Oeste”. Na prática,

1 Sobre o “Ciclo da Erva” ver, entre outros, Brand (1998) e Kleinpenning (2014)

2 Ver por exemplo Ferreira (2007)

o loteamento da região começou a romper com o monopólio da Cia. No entanto, também teria dado início a uma quinta etapa, com a introdução de fazendas que logo se tornaram grandes latifúndios.

Articulada a esta política de loteamento, observou-se também outro projeto, ou uma sexta etapa, desta vez indigenista, visando à integração dos grupos indígenas da região como mão de obra. O recém-criado Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ergueu, entre 1915 e 1928, oito Reservas Indígenas, de aproximadamente 3.600 ha cada, nos mesmos moldes dos lotes familiares criados durante a Primeira República e o Estado Novo.³ Desta forma, além de buscar integrar os indígenas, a criação das reservas representou outro dispositivo de apropriação dos territórios guarani.

Esta cronologia pintada em seis movimentos – missões jesuítas, refúgio nas matas após ataques dos bandeirantes, guerra da Tríplice Aliança, “Ciclo da Erva”, loteamento da região e criação das Reservas Indígenas – não é satisfatória por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, porque ao afirmar que só teria sido após o final da guerra da Tríplice Aliança que a região aqui em pauta teria começado a ser definitivamente colonizada, postulou-se que o fim desse conflito marcaria o “ponto zero” do “encontro colonial” entre indígenas e não indígenas (BARBOSA, 2015). Dito de outro modo, ao sugerir que as relações entre o mundo indígena e

3 Oito Reservas Indígenas foram criadas entre os Nandéva e Kaiowa do sul de Mato Grosso do Sul entre 1915 e 1928. Foram elas: Amambai, Dourados, Limão Verde, Pirajui, Porto Lindo, Caarapó, Taquaperi e Sessoró. Ver Almeida (2001), Mura (2019) e Brand (1998).

as sociedades nacionais começaram apenas a partir do último quarto do século XIX, a antropologia e a historiografia sul-mato-grossense ajudaram a criar um “mito”: aquele de que, depois da expulsão dos jesuítas, os grupos guarani da região se “reguaranizaram”, voltando às matas para retomar antigas tradições perdidas (GODOY, 2006; WILDE, 2009).

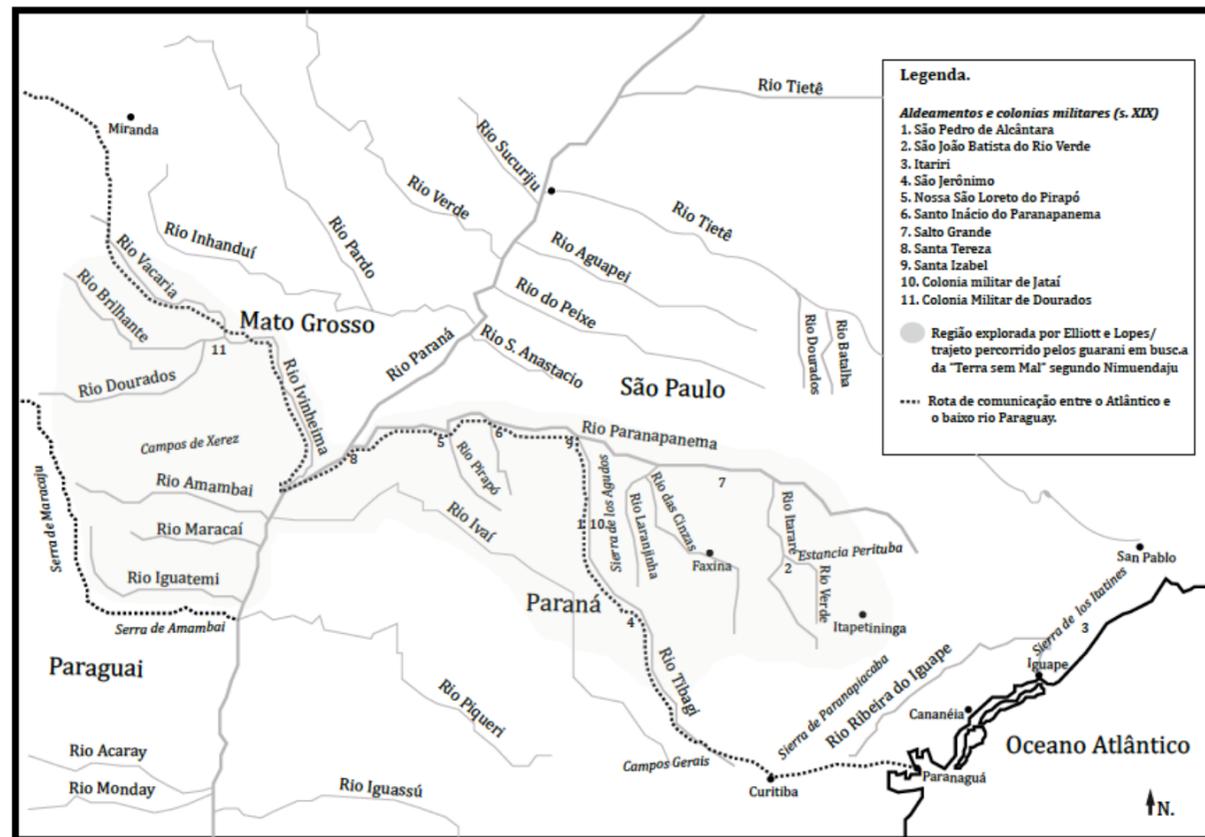
O etnônimo “Caiuá”, por exemplo, que começa a se consolidar na literatura justamente durante o século XIX, e que significa literalmente “aqueles que vivem nas matas” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001; CHAMORRO, 2015), é uma alegoria clara dessa visão, já que estando na floresta, à margem da sociedade colonial e pós-colonial, os “Caiuás” não teriam mantido relações com o mundo “não indígena”, a não ser através de contatos esporádicos com alguns colonos que, de maneira individual e espontânea, se aventuraram em um suposto “sertão desconhecido” a ser desbravado. O complexo enredo das inter-relações entre os indígenas da região e os diferentes agentes da colonização não foram bem equacionados para o contexto pré-guerra que, mesmo não tendo sido tão violento como o período posterior, foi recuperado pelo projeto tido como modernizador implementado pelo saber indigenista do SPI a partir da segunda década do século XX (LIMA, 1995). Como veremos mais adiante, já na primeira metade do século XIX os Guarani do atual sul de Mato Grosso do Sul, e especialmente aquelas famílias localizadas na margem direita do rio Iguatemi, mantinham relações estreitas e antigas com os paraguaios da região oriental (cujo principal centro era a cidade de Concepción, fundada no final do século XVIII na margem esquerda do rio

Paraguai), trabalhavam periodicamente nos ervais e recebiam como pagamento objetos manufaturados, tais como facões, machados, miçangas, tecidos, chiripás etc.

Nesta crônica em seis atos, reside um segundo problema. Ela esboça um panorama relativamente simples onde, por volta da década de 1870, haveria indígenas mais ou menos “livres” espalhados pelas matas. Meio século depois, por volta de 1920, haveria uma inversão absoluta e aqueles mesmos indígenas “livres” aparecem agora confinados e aculturados nas reservas do SPI ou proletarizados na periferia das cidades e das fazendas que não param de crescer. Elaborar-se, nesse sentido, uma equação relativamente simples que opõe uma situação inicial, de indígenas “habitantes das matas”, a uma situação final, de indígenas aculturados. No entanto, ao preocupar-se apenas em determinar uma cronologia do povoamento da região com marcos fundacionais para a consolidação de uma historiografia local, esta equação esqueceu-se de pensar o mais importante: como e através de quais dinâmicas sócio-históricas passamos de uma etapa à outra?⁴ Essa equação, se tivesse uma solução possível, e se devesse ser solucionada apenas de uma forma, deveria ser dimensionada precisamente a partir do vasto campo de possibilidades que existe entre um polo e o outro, tendo em vista que,

4 É sintomático observar como nos estudos sobre os Guarani do Mato Grosso do Sul o período da segunda metade do século XIX é descrito como um momento de vazios, com muito pouco contato entre indígenas e não indígenas. Embora esse panorama esteja mudando progressivamente, ainda é possível dimensionar esse ponto a partir de uma rápida análise do índice de alguns trabalhos sobre o processo de expropriação dos territórios guarani. Ver, entre outros, Brand (1998) e Melià, Grünberg e Grünberg (2008 [1976])

ALDEAMENTOS INDÍGENAS E COLÔNIAS MILITARES NAS PROVÍNCIAS DE MATO GROSSO, PARANÁ E SÃO PAULO, SÉC XIX



Elaboração de Barbosa (2015).

A COLONIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS DO IMPÉRIO E OS ALDEAMENTOS GUARANI NO SÉCULO XIX

Entre 1845 e 1889, ou seja, ao longo de todo o Segundo Reinado, vários aldeamentos indígenas foram oficialmente erguidos em todo o Império guiados pelo Decreto 426 de 1845.⁵ Grande parte dos esforços do governo imperial se concentrou, no entanto, nas fronteiras do país, e mais especialmente em suas fronteiras meridionais. Segundo vários comentadores isto se deu porque, a essa altura, tratava-se das regiões mais vulneráveis devido a litígios territoriais com as jovens repúblicas vizinhas (DORATIOTO, 2002). Como é possível observar no Mapa I, acima, a partir do início da década de 1840, nos vales dos rios Ribeira, Paranapanema e Paraná, entre outros, todos eles localizados nas então províncias de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, foram projetados e muitas vezes erguidos aldeamentos de vários tamanhos e durações com grupos “Cayuá” (hoje Kaiowa), “Guarany” (hoje Nandéva ou Avá-Guarani) e Coroados (hoje Kaingang) (BOUTIN, 1979; AMOROSO, 1998; MOTA, 1998). É significativo notar a heterogeneidade étnica desses aldeamentos. Para além da presença indígena, havia também um contingente expressivo de “nacionais” (militares e colonos brasileiros) e de “Africanos Livres”⁶ de diversas

5 Para mais informações sobre a política indigenista no Brasil durante o “longo século XIX”, ver, sobretudo, Cunha (1992).

6 De acordo com o Arquivo Público do Estado Paraná, “o governo Imperial passou a

origens étnicas (ou “nações”): um claro projeto de transformar os aldeamentos indígenas nas futuras localidades nacionais que, por sua vez, viriam a constituir gradualmente o substrato de um novo campesinato regional.

Pelo Decreto 426 de 1845, estes aldeamentos deveriam ser dirigidos espiritualmente por missionários capuchinhos vindos da Itália como funcionários do Império. No entanto, além de funcionarem como meros espaços de catequese, estes estabelecimentos foram associados a outros locais, como colônias militares e agrícolas, e pensados, portanto, como postos avançados da fronteira. Neste sentido, constituiu-se um sistema de povoamento híbrido, formado por aldeamentos indígenas, colônias agrícolas e militares, que articulava preocupações tanto militares como econômicas, coloniais e civilizatórias (AMOROSO, 1998).

Nas províncias meridionais do Brasil esses espaços começaram a ser idealizados uns vinte anos antes do início da guerra da Tríplice Aliança, que opôs o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra a República do Paraguai entre 1864-1870, justamente pelos litígios de fronteira herdados da época colonial (DORATIOTO, 2002). Ainda é difícil determinar em toda a sua complexidade quais foram as consequências que este conflito trouxe às famílias guarani

lei de 7 de novembro de 1831, que declarou livres ‘todos os escravos vindos de fora do Império’ e impôs penas aos importadores dos mesmos escravos. O tráfico continuou apesar das medidas repressivas [...]. Os africanos que estavam a bordo dos navios capturados enquadrados no tráfico ilegal foram emancipados e formavam categoria especial de ‘africanos livres’. Porém, ficavam sob a tutela do Estado Imperial, e foram distribuídos para trabalhar em instituições públicas e particulares por 14 anos” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2007, p. 15).

que viviam e ainda vivem na fronteira entre o sul de Mato Grosso do Sul e o nordeste do Paraguai. No entanto, sabe-se que o governo imperial brasileiro viu grande interesse no povoamento daquela região, até então pintada nos mapas como um vasto “deserto desconhecido”. Timóteo de Castelnuovo, frade capuchinho que por meio século foi diretor do principal aldeamento desse sistema, chamado São Pedro de Alcântara, foi capaz de resumir com clareza suficiente uma das principais intenções do governo em avançar com uma política de catequese na área.

[...] estas colônias não foram criadas para catequese. A catequese foi um acessório das mesmas; antes para servir de apoio à rota do Mato Grosso; também para os grandes transportes para aquela província de comboios de guerra, antes da Guerra do Paraguai. Aquelas grandes despesas que muitas vezes aparecem como despesas das colônias, em nada com elas as colônias estavam a lucrar [...] (Ofício enviado por Frei Timóteo de Castelnuovo ao Presidente da Província do Paraná, 15/01/1886 citado em AMOROSO, 1998).

Diante da instabilidade geopolítica da região do Prata e das dificuldades encontradas para o estabelecimento de um acordo de livre navegação do rio Paraguai (VIANA, 1948; ALMEIDA, 1951; DORATIOTO, 2002), o governo do Brasil decidiu empreender a construção de uma rota alternativa para comunicar, pelo interior, o porto de Paranaguá, localizado no Atlântico, e a cidade de Cuiabá, capital da então província de Mato Grosso. Esse novo caminho alternativo permitiria, assim, o escoamento de

parte da produção da província de Mato Grosso sem a necessidade de depender de tratados sobre a navegação dos vales dos rios Paraguai e Paraná, fronteiras naturais com partes do Paraguai e da Argentina.⁷ A administração deste projeto esteve nas mãos de João da Silva Machado, mais conhecido como Barão de Antonina a partir de 1843⁸ que, inteligentemente, encomendou uma série de expedições ou explorações de reconhecimento do território por onde o caminho deveria passar. Marta Amoroso chamou essa série de explorações de “Jornadas Meridionais” (AMOROSO, 2014). No entanto, o sertanista brasileiro Joaquim Francisco Lopes⁹ e o norte-

7 Curiosamente, até 1910, data do início da construção da ferrovia Noroeste do Brasil, que conectou o interior do estado de São Paulo com a cidade de Corumbá, na beira do rio Paraguai, e que também veio a ser a última grande investida contra os grupos Gê do oeste de São Paulo, os rios da Prata e Paraguai ainda eram a forma mais rápida e prática de se chegar ao Mato Grosso.

8 O Barão de Antonina (João da Silva Machado) iniciou suas atividades como comerciante de gado desde muito cedo e se estabeleceu no atual território do Paraná, onde ocupou importantes cargos políticos antes da emancipação política daquela província em 1853. Foi representante do Tribunal de Lisboa (1821), substituto do Conselho Geral da Província (1829) e deputado na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em três legislaturas. Com a criação da província do Paraná, foi eleito o primeiro senador da província, de 1853 a 1875, data da sua morte. Recebeu do presidente da província, Zacarias Góes e Vasconcellos, a missão oficial de fundar aldeamentos indígenas como parte da política de Catequese e Civilização do Império. Como ponta de lança desta política indigenista, tornou-se um dos mais importantes proprietários de terras na região. Para dados mais completos da trajetória do Barão de Antonina, ver Borges (2014).

9 Famoso sertanista, Joaquim Francisco Lopes começou a trabalhar com o Barão de Antonina desde 1840, explorando os rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná e Ivaí. Explorou também as serras da Apucarana, Iapó e Furnas, assim como as planícies de São Jerônimo, junto ao rio Tibagi. Em 1847 explorou as possibilidades de uma via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso, descendo os rios Tibagi e Paranapanema, transpondo o rio Paraná, até chegar à cidade de Miranda, perto da frontei-

-americano João Henrique Elliott,¹⁰ a quem coube a execução e a elaboração das memórias dessas viagens, nunca usaram tal expressão, referindo-se a elas por “Itinerários” ou “Derrotas”.

Em um decreto de 21 de maio de 1850 com algumas instruções sobre a construção da “nova via de comunicação entre S. Paulo e Mato Grosso”, percebe-se um papel especial para os indígenas da região.¹¹ Lopes e Elliott deveriam procurar recrutar os indígenas para que estes se estabelecessem nos portos projetados ao longo do caminho. Estes portos, por sua vez, marcariam os diferentes pontos ou etapas do caminho, isto é, os locais onde deveriam ser instalados os futuros estabelecimentos coloniais, que vieram a ser colônias agrícolas, militares e, sobretudo, aldeamentos indígenas.

ra com o Paraguai. No ano seguinte, voltou a explorar os rios Tibagi e Paranapanema, pelo Paraná, até chegar aos rios Iguatemi e Apa. Em 1850, fez uma nova exploração, desde o rio Brilhante até Miranda. Ele foi um dos fundadores da colônia militar do Jataí e do aldeamento de São Pedro de Alcântara, além de ter sido diretor, durante vários anos, do aldeamento de São Jerônimo. Para mais informações acerca de sua biografia, ver Barbosa (2015).

10 Norte-americano, provavelmente da Filadélfia, chegou ao Brasil entre 1825 e 1826, por volta dos 16 anos de idade, quando desembarcou no Rio de Janeiro do barco comandado pelo seu tio, Jesse Duncan Elliott. Logo se juntou à Marinha Imperial como tenente numa ação contra a independência da região da Cisplatina. Após alguns anos de detenção, regressou ao Rio de Janeiro, onde provavelmente conheceu João da Silva Machado, o Barão de Antonina, com quem trabalhou nas explorações que procuraram estabelecer uma rota entre São Paulo e Mato Grosso. Através dessas explorações grilou terras em nome do barão. Em algumas destas terras, foram criados alguns aldeamentos indígenas. Elliott foi, juntamente com Joaquim Francisco Lopes, um dos fundadores dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara, São Jerônimo, entre outros. Para mais informações acerca da biografia de Elliott, ver Carneiro (1987).

11 Decreto de 21/05/1850 “Sobre nova via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso”, em Cunha (1992).

Embora o decreto não tenha sido implementado ao pé da letra, é interessante refletir sobre o protagonismo do Barão de Antonina na gestão e na execução dos diferentes projetos (construção do caminho e das colônias militares, agrícolas e indígenas). Em outro trabalho mostramos como ele soube articular, como ninguém, os seus interesses pessoais com os interesses políticos da época, orientando assim “suas iniciativas com os planos mais amplos que presidiaram à constituição da nação” (WISSENBAACH, 1995; BARBOSA, 2017). A dissolução das fronteiras entre as esferas públicas e privadas, no caso da atuação do Barão de Antonina, pode ser medida, entre outras coisas, por meio de documentação legal relacionada ao seu espólio. Nos anos 1920, seus herdeiros pediram ao governo do estado do Mato Grosso os títulos de nada menos do que 90.000 km² de terras localizadas no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com Astolpho Rezende, advogado que representou o então estado de Mato Grosso nesta ação, essas fazendas teriam sido griladas (ver Imagem 1) e representavam apenas “supostos” títulos que o barão tinha registrado em seu nome, justamente durante a construção da estrada entre São Paulo e Mato Grosso (REZENDE, 1924). Com o fim da guerra, boa parte desse território foi concedida à Cia. Matte-Larangeira para explorar os ervais naturais do sul de Mato Grosso.

É importante notar que na antiga província de Mato Grosso, a Lei de Terras de 1850, que além de promover a colonização do interior também regulamentou a propriedade da terra, seria aplicada apenas no ano de 1858, após a criação da Repartição Especial das Terras Públicas, ou seja,



Fazenda das Sete Voltas nos Campos de Xeréz ou Vacaria, Província de Mato Grosso. Viagem exploradora de Elliott em 1850. (Elliott, 1863).

naquele momento, o Barão de Antonina já era senador e conhecia, desde as entranhas do Parlamento, as minúcias dos projetos de leis que se materializaram na Lei de Terras. Por isso, primeiro, a grilagem de terras na década de 1840 para, na sequência, poder vendê-las (SABOYA, 1995).

Em 1858, quando o barão de Antonina se afastou da região para ocupar um lugar no Senado do Império como representante da recém-criada província do Paraná, colocou à venda algumas de suas propriedades [...] que foram constituídas a partir dessas expedições: três fazendas de gado em Faxina, Castro e nos campos de São Jerônimo, às margens do rio Tibagi, calculando-se aproximadamente 25 léguas quadradas e seis

sesmarias na zona do Baixo Paraguai, de limites e tamanhos imprecisos [...] (SABOYA, 1995).

Para concluir este item, é fundamental que se reflita sobre a atuação do Barão Antonina entre os indígenas da região. Como ninguém, ele soube combinar, em sua pessoa, os diferentes níveis dos projetos implementados. Neste sentido, é fundamental indagar a pertinência ou não de se pensar o Estado como a única instância capaz de se posicionar diante da chamada “questão indígena”. Nesta situação, percebe-se que a mediação estabelecida entre os administradores coloniais e os indígenas se deu através de uma figura híbrida (o Barão de Antonina, para os políticos da corte, e o

Paí Guasú,¹² para os indígenas), que circulava facilmente entre as diferentes esferas da vida política do país, entre o “sertão” e o “gabinete” para retomar a acertada expressão de Monteiro (2002). O “paradoxo ideológico da tutela”, definido por Oliveira (1988) como um dispositivo político de dominação que oscila entre práticas protetoras e pedagógicas, não parece ser, neste caso, um monopólio exclusivo do Estado, mas uma propriedade que também caracterizou a atuação individual de fazendeiros, colonos, militares, missionários, etc.¹³ A “tutela individual”

12 Assim era conhecido o barão pelos indígenas.

13 Ver, por exemplo, a análise de Iglesias (2010) sobre a ação tutelar particular de Fe-

exercida pelo Barão de Antonina, ou melhor, pelo Paí Guasú, em oposição à estatal, é interessante, porque possibilitou que ele combinasse diferentes papéis (do patrão ao humanista, do missionário ao bandeirante etc.) que, como Oliveira sugeriu, foram rigidamente separados pela historiografia canônica do indigenismo (OLIVEIRA, 1988).

Neste sentido, a atuação do Barão Antonina desdobra-se em um espaço fluido que dilui as fronteiras entre o público e privado.¹⁴ Assim, nas suas atividades, ele não procurou recuperar a herança jesuíta, evocando a memória das antigas reduções do Guairá, erguidas e destruídas logo na primeira metade do século XVII, e solicitando explicitamente a Elliott e Lopes que encontrassem vestígios destas missões, para que sobre suas ruínas e escombros fossem erguidos os aldeamentos decimonônicos. Ele também fez uso de uma retórica protetora, pedagógica, civilizadora e capitalista, antecipando em grande medida o “grande cerco da paz” que seria oficialmente implementado pelo SPI meio século depois (LIMA, 1995). Essa conjunção criou as condições e o espaço necessários para que os dispositivos colocados em prática pelo barão possam ser localizados a meio caminho entre a política missionária colonial e o indigenismo republicano rondoniano. Assim, tal como propõe Lima em sua análise da gestão

colonial das desigualdades no Brasil de hoje, é possível dizer que o programa indigenista e tutelar do barão também oscilou em um espaço “singular de cruzamento de tradições de conhecimento” que misturavam catequese, civilização, trabalho, pedagogia, conquista, conhecimento científico e soberania (LIMA, 1995).

OS “ITINERÁRIOS” E AS “DERROTAS” DE JOAQUIM FRANCISCO LOPES E JOÃO HENRIQUE ELLIOTT

Como já foi mencionado, para uma melhor execução da construção da nova estrada para o Mato Grosso, uma série de expedições de reconhecimento foi realizada entre 1840 e 1860, aproximadamente. Como associado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Barão Antonina se preocupou em publicar os itinerários, as derrotas ou os diários que resultaram dessas explorações. Sua difusão na revista do IHGB buscava legitimar suas ações, tanto nos círculos políticos como intelectuais do Império, esferas muito amalgamadas à época. Lucio Tadeu Mota notou a importância do IHGB durante todo o Segundo Império no processo de construção e consolidação da nação (MOTA, 2006). A nova elite política, recém-emancipada de Portugal, estava preocupada em ampliar sua soberania sobre todo o território nacional, representada à altura por uma visão ambígua em torno da ideia de deserto ou sertão. No entanto, um deserto ou sertão “infestado” de indígenas, quer fossem hostis, ou dóceis à colonização. Nessas condições, alguns políticos, em conjunto com alguns membros do IHGB, começaram a refletir

sobre um programa a ser aplicado naqueles territórios e para aquelas populações. As publicações trimestrais do IHGB representaram, neste sentido, “um veículo importante para a divulgação dos debates, ideias e propostas sobre o destino das populações indígenas que ocupavam o território nacional em construção” (MOTA, 2006).

Em relação aos relatórios encomendados pelo Barão Antonina e elaborados por Elliott e Lopes, é importante notar que eles não nararam apenas a geografia ou as potencialidades econômicas da região explorada. Seguindo as sugestões de Mary L. Pratt sobre as narrativas dos viajantes do século XIX, é possível argumentar que os textos escritos pelos dois exploradores têm uma polissemia intrínseca e não se encaixam nem na narrativa romântica dos cientistas do século XIX, personificada no naturalismo de Humboldt, nem no gênero pragmático característico daquilo que ela chama de “vanguarda capitalista”, típico dos engenheiros, agrônomos, geólogos etc., que abundaram na América do Sul após o turbulento período das Independências nas primeiras décadas do século XIX (PRATT, 1999). Embora os textos elaborados por Elliott e Lopes não possam ser classificados em nenhum dos dois estilos narrativos¹⁵ – já que eles são os dois ao mesmo tempo – isto não significa que engenheiros, naturalistas e botânicos, como o inglês Thomas Bigg Wither (1878), os alemães Franz e Joseph Keller (1974 [1866]) ou, mesmo, o suíço Johann Rudolph Rengger (2010 [1835]), não

tenham feito descrições detalhadas sobre a região por onde passaram e (pouco menos detalhadas) sobre a vida das populações que ali viviam, funcionando assim como fontes interessantes para pensar a história pós-independência da região.

Seguindo a mesma direção, é possível dizer que os “Itinerários” ou as “Derrotas” elaboradas por Elliott e Lopes, todos cuidadosamente editados pelo Barão Antonina antes de serem publicados, revelam um novo gênero narrativo, imaginado pela nova elite nacional que, com a descolonização, viu um espaço potencial em aberto para pensar-se a si mesmo como indivíduo e como nação. Uma nova narrativa que, para se reinventar, logicamente, teve de ressignificar referências tanto do naturalismo romântico dos viajantes como do pragmatismo da “vanguarda capitalista”. Assim, parece possível enfatizar não só a importância que Elliott e Lopes deram à exuberância da natureza e ao potencial comercial da região a ser colonizada, mas também a uma descrição rigorosa de preocupações eminentemente locais, neste caso, referente ao “problema” do que fazer com os indígenas desse sertão que não era tão deserto assim.

Foi precisamente graças às particularidades da região explorada, densamente povoada por famílias indígenas, que Elliott, Lopes e o barão se preocuparam em dimensionar as relações que foram sendo estabelecidas e fortalecidas ano após ano com os vários “alojamentos” guarani localizados nos vales ocidentais e orientais do alto rio Paraná, especialmente por conta das relações estabelecidas com alguns caciques ou “chefes familiares”, isto é, possíveis mediadores na implementação

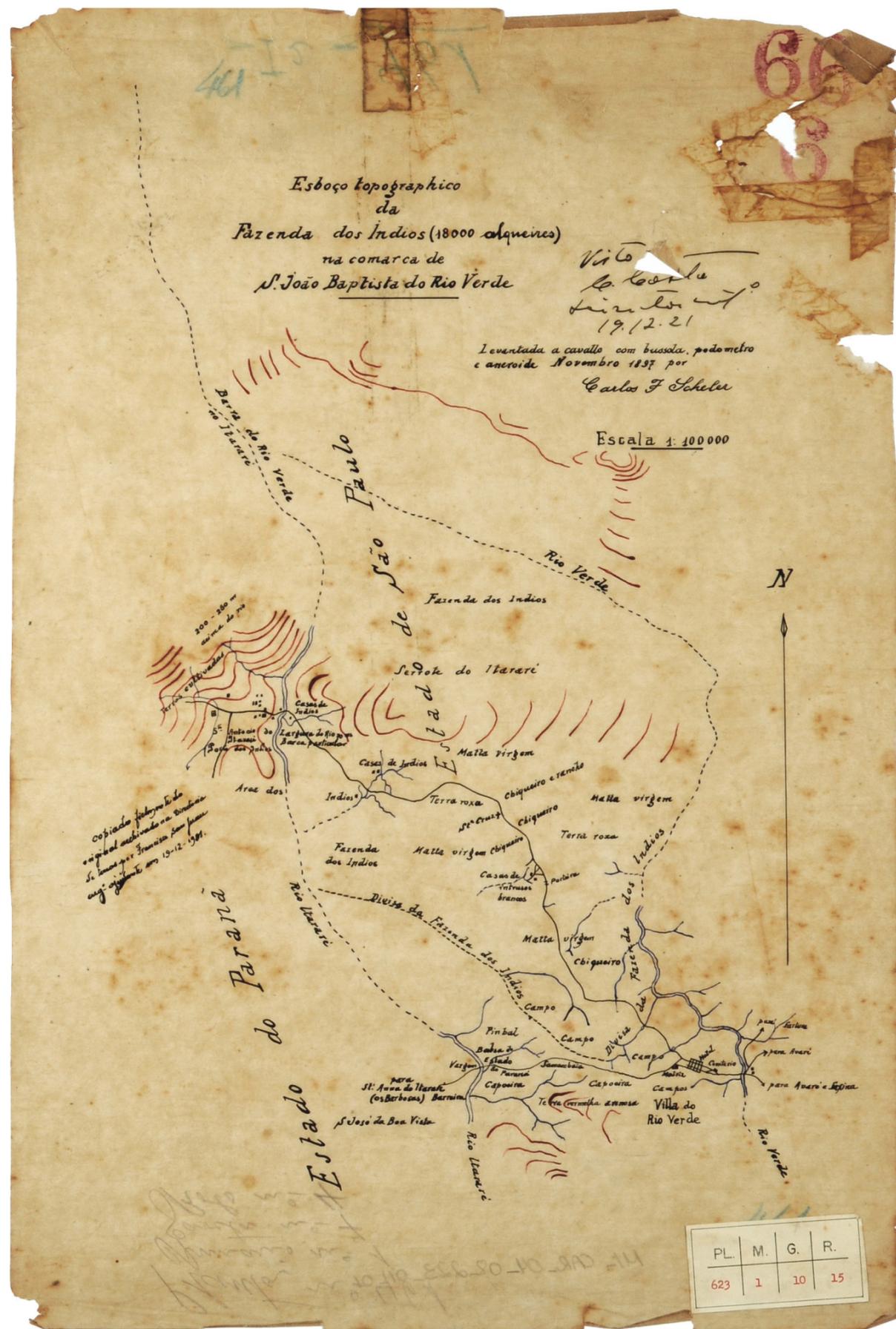
do projeto do barão e do governo imperial.

Ao contrário de boa parte da documentação da época sobre a região, basicamente marcada por uma preocupação burocrático-administrativa, é possível dizer que os relatórios elaborados por Elliott e Lopes revelam sensibilidades e experiências etnográficas significativas, formando assim um corpus extremamente rico para pensar a expansão das fronteiras nacionais sobre as fronteiras indígenas da região em estudo. De expedição em expedição, de relatório em relatório, de “aldeia” em “aldeia”, vão aparecendo e se desenhando não somente as transformações sociopolíticas nos espaços pré e pós-aldeamento, mas também a multiplicidade de atores indígenas (caciques, capitães, linguaraz etc.) e não indígenas (missionários, militares, administradores, comerciantes, engenheiros, advogados etc.) que atuaram como engrenagens do processo de territorialização dos indígenas nos aldeamentos oficiais projetados pelo governo imperial através da figura do Barão de Antonina.

lizardo Avelino de Cerqueiro entre os Kaxinawá no Vale do Rio Juruá, no Acre. Ver também o “Prefácio” de Oliveira no mesmo livro de Iglesias (2010).

¹⁴ Talvez seja ingênuo falar da existência de fronteiras rígidas entre o público e o privado no século XIX e, nesse caso, o Barão de Antonina talvez não tenha feito nada mais do que seguir o roteiro da época.

¹⁵ João Henrique Elliott publicou, inclusive, em 1852 e 1857, antes de José de Alencar, duas pequenas novelas indianistas.



Esboço topográfico da Fazenda dos Índios (18.000 alqueires) na comarca de S. João Baptista do Rio Verde. (Scheler, 1897).

A "EMIGRAÇÃO DOS CAYUAZ"

O texto "A Emigração dos Cayuaz", de autoria de Elliott (1898 [1856]), é sem dúvida alguma o relato mais interessante de toda a série dos "Itinerários" de Lopes e Elliott. Em primeiro lugar porque, diferentemente dos demais relatórios, todos eles em formato de diário, "A Emigração dos Cayuaz" é muito mais analítico do que, apenas, descritivo. A pedido do Barão de Antonina,¹⁶ neste texto, Elliott busca dar uma visão geral das explorações realizadas até então (estamos em 1852), resumindo claramente quais eram as pretensões do Barão de Antonina e dos governos provinciais no sentido de liberar terras no sul do Mato Grosso para aldear os indígenas a leste do rio Paraná, nas províncias do Paraná e de São Paulo. Em segundo lugar, o texto é envolvente porque Elliott descreve muito bem como se davam as negociações com os vários "chefes de família" guarani. Acordos que indicam um cotidiano denso, em que foram feitos pactos que tinham o claro objetivo de convencer os indígenas a aceitarem o convite de Paí Guasú a se transferirem, pelo menos inicialmente, à colônia militar de Jataí (Imagem II) ou ao aldeamento de São João Batista do Rio Verde (Imagem III), únicos núcleos coloniais oficiais existentes até 1852, e ambos sob direção imediata do barão. Foi exatamente graças ao recrutamento de indivíduos guarani que já viviam na proximidade de uma das fazen-

¹⁶ Em carta dirigida ao barão de Antonina e escrita da colônia militar do Jataí em maio de 1856, Elliott menciona que vai "continuar a 'Emigração dos caiuas' como me ordena Sua Excelência, quando os índios chegarem" (ELLIOTT, 05/05/1856).

das do Barão de Antonina, chamada Perituba e localizada no distrito de Itapeva da Faxina (indivíduos que mais tarde serviriam como os primeiros guias das expedições de Elliott e Lopes), e aos "chefes familiares" que viviam nas aldeias do interior, que Elliott e Lopes conseguiram convencer, em 1852, que nada menos que cento e setenta "Cayuaz" emigrassem da margem direita do rio Paraná à recém-fundada colônia militar de Jataí.

[...] Do cacique Imbirapapá, que se pusera à frente desta pequena tribo, soube por meio dos linguarás que perto da foz daquele rio existiam mais quatro chefes com sua gente nas mesmas condições da que ali se achava; em consequência expedi imediatamente o capitão Ignácio, do aldeamento de S. João Baptista, com outro linguará, acompanhados de três índios dos que ali se encontravam, não só para servirem de guia ao emissário, como de fiadores ao convite que se lhes fazia para virem a nós [...] Ao quinto dia da partida do primeiro emissário chegou este conjuntamente com o que enviara em sua procura, trazendo o cacique Imbiara e sua gente, que foram encontrados num alojamento perto do Paraná; e daí a dois dias reuniram-se a este os dois caciques Imbaracahy e Oquê com suas tribos, que por se haverem alojado a maior distância do Paraná não puderam acompanhar Imbiara. E porque se me informasse que na ilha dos Tigres existia o cacique Egipapajú com alguma gente, mandei-os conduzir para ali, o que verificou-se no dia seguinte, vindo o cacique e quatorze índios [...] achei-me por fim cercado de cento e setenta indivíduos, sujeitos todos à minha disposição e confiados nas

promessas que lhes fizera em nome do Sr. barão (ELLIOTT, 1898 [1856], p. 439-442).

Não é necessário detalhar a continuação do relato de Elliott. Simplesmente indicar que, após uma lenta e difícil expedição, que durou aproximadamente um mês, marcada por alguns incidentes, Elliott e Lopes chegaram, no dia 21 de novembro de 1852, com os cento e setenta indígenas, ao porto de Jataí (Imagem II), onde foram recebidos com muita festa pelos moradores locais. Os indígenas estavam convencidos de que iriam finalmente conhecer Paí Guasú. Erroneamente, já que ele não os aguardava no local. Talvez, desde esse primeiro momento, os indígenas tenham começado a perceber que, por trás do convite de se transferirem para os aldeamentos, muitas promessas não seriam cumpridas.

De qualquer forma, apenas três anos após a chegada das primeiras famílias guarani na colônia militar do Jataí, seria erguida, na margem oposta do mesmo rio Tibagi, o aldeamento de São Pedro de Alcântara, que viria a ser o principal e mais duradouro aldeamento do sistema. Desde a sua criação em 1855 até a sua extinção em 1890, este aldeamento seria dirigido pelo frei capuchinho Timóteo de Castelnuovo¹⁷, que deixou grande quantidade de documentação administrativa sobre o funcionamento dos aldeamentos in-

¹⁷ Nasceu em Génova, Itália, em 1823. Aos 18 anos de idade entrou na Ordem Menor dos Capuchinhos. Veio ao Rio de Janeiro em 1851, mudando-se no ano seguinte para São Paulo, onde serviu como vigário de Santa Bárbara e Monte Mor. Em 1854, por determinação do Comissário Geral, foi transferido para a província do Paraná para trabalhar na catequização dos indígenas do vale do rio Paranapanema. Em 1855 fundou o aldeamento de São Pedro de Alcântara, dirigindo-a até a sua morte em maio de 1895, com 72 anos de idade.



Arredores da Colônia Militar do Jataí, parte NO da Província do Paraná. (Elliott, 1863).



Aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1859. Este Aldeamento foi fundado em 1855, sob auspícios do Exmo. Snr. Barão de Antonina, pelo Reverendo Snr. Frei Timóteo de Castelnuovo, Missionário Diretor do mesmo. (Elliott, 1863).

dígenas. A vida cotidiana de São Pedro de Alcântara, por sua vez, pode ser parcialmente reconstruída, entre outros dados, através da espécie de diário escrito pelo frei ao longo dos cinquenta anos em que lá esteve, intitulado “Princípio e progresso do aldeamento de São Pedro de Alcântara” (CASTELNUOVO, 1980 [1855-1895]). Nesse texto, Castelnuovo descreve não apenas as amplas redes de parentesco existentes entre os indígenas de ambas as margens do rio Paraná, como também a grande mobilidade entre esses mesmos indígenas que começaram a circular continuamente entre as múltiplas aldeias livres ao sul da província de Mato Grosso e os aldeamentos oficiais criados no Paraná e em São Paulo.

MIGRAÇÃO OU MOBILIDADE GUARANI NO SÉCULO XIX?

Os relatórios de Elliott e Lopes têm um claro valor historiográfico. Representam certamente as principais fontes para pensarmos a expansão nacional sobre as fronteiras indígenas da região antes da guerra da Tríplice Aliança. No entanto, para além desse valor historiográfico, é fundamental destacar a importância que esses mesmos relatórios têm para os estudos guaranis contemporâneos, já que sugerem novas pistas para interrogarmos novamente as famosas “migrações guarani” do século XIX. As mesmas que, sessenta anos mais tarde, seriam interpretadas pelo jovem etnólogo Curt Nimuendajú como o resultado de um movimento profético-religioso em busca da “Terra sem Mal” ou,

em língua guarani, em busca do Yvy maraëy (NIMUENDAJÚ, 1914 [1987]).

Na verdade, é importante lembrar que, entre 1905 e 1913, o jovem Nimuendajú, chegado ao Brasil em 1903, compilou entre grupos guarani do oeste de São Paulo e do sul do então Mato Grosso algumas narrativas históricas sobre os mesmos deslocamentos narrados por Elliott e Lopes meio século antes. No entanto, nas versões mais conhecidas publicados pelo alemão (NIMUENDAJÚ, 1987 [1914]; 2013 [1954]), percebe-se aquilo que poderíamos chamar de “inversão etnológica” ou de “hipótese etnológica” (BAZIN, 2008a), isto é, enquanto Lopes e Elliott narram, como já foi visto, famílias guarani acompanhando o regresso de uma expedição na direção de um núcleo colonial recém-criado, Nimuendajú interpreta esses mesmos deslocamentos em termos estritamente religiosos e simbólicos. Para ele, a “migração” ou o deslocamento observado – ou como quer que chame-mos esses movimentos a partir de agora – mais que atestar uma resposta a processos históricos e políticos, tais como guerras interétnicas e internacionais, e o avanço das frentes de expansão e das epidemias, ela revelava, acima de tudo, uma moralidade ou um ethos guarani baseado na crença da destruição do mundo.

Os fatos históricos só fazem confirmar o que os próprios índios sempre me asseguraram: a marcha para leste dos Guarani não se deveu à pressão de tribos inimigas; tampouco à esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do Paraná; ou ainda ao desejo de se unir mais intimamente à civilização – mas exclusivamente ao medo da destruição do mundo e à

esperança de ingressar na Terra sem Mal (NIMUENDAJÚ, 1987 [1914], p. 101-102, grifos meus).

Talvez devido à falta de interesse etnológico de Elliott e Lopes – ou talvez não – a noção de “Terra sem o Mal” nunca foi mencionada nem pelo cartógrafo americano, nem pelo sertanista brasileiro. Na concepção de Elliott, por exemplo, e assim as diferentes versões disponíveis começam a melhor se delinear, a dispersão guarani teria sido motivada justamente pelos motivos negados por Nimuendajú: tribos inimigas, busca de melhores condições de vida e relação com não indígenas. Enfim, do trecho abaixo, percebe-se que Nimuendajú constrói sua hipótese sobre a “Terra sem Mal” contra a hipótese de Elliott, e não apenas a partir do que “os índios sempre” lhe asseguraram.

Naturalmente pacíficos, vivem por isso rodeados de inimigos e circunscritos a essas matas, seu único asilo. Ao sul têm os Paraguaaios, ao oeste os Guaycurus, Terenos e Laihanas, que de tempo em tempo invadem seus esconderijos, arrebatam-lhes as mulheres e levam os filhos para o cativoiro; ao norte vagueiam os índios Coroados, e a leste tem o grande Paraná, e as hordas ferozes dos sertões dos rios Ivaí e Iguaçú. Dos diversos alojamentos dos Cayuaz têm por vezes se desmembrado grupos em procura de outras localidades que melhor proovessem sua subsistência, e mais bem os defendessem dos acometimentos dos seus numerosos inimigos [...] (ELLIOTT, 1898 [1856], p. 434).

Antes de sugerir qualquer conclusão apressada sobre as intrigantes



Aldeamento de São Pedro de Alcântara.
(Keller, 1867).

simetrias e dissonâncias entre as duas versões dos mesmos acontecimentos históricos, seria interessante fazer algumas considerações acerca do estatuto da produção e reprodução de relatos históricos. Para isso, faremos uso do trabalho de Bazin (2008b). Ao estar sempre muito atento ao contexto de enunciação de uma história, Jean Bazin lia com muita criatividade não só as diferentes versões de uma mesma narrativa histórica, mas também as estratégias que se atualizam enquanto os diversos “narradores-autores” narram pontos de vista divergentes sobre os mesmos eventos. Assim, sem procurar a validação moral de uma versão sobre outra, Bazin optava por pensar em termos performáticos os significados das palavras proferidas que, antes de formular dados objetivos

para o antropólogo ou historiador, engajam-se em um diálogo com seus aliados e adversários. Nesse sentido, as narrativas históricas devem ser pensadas, nas palavras do autor, “como produtos e não apenas como fontes”, sendo que elas “não falam apenas de história”, porque “elas são a própria história sedimentada, da mesma forma que um monumento onde se pode ler uma série de sucessivos reajustes arquitetônicos de onde provém o resultado final” (BAZIN, 2008b, p. 272, todas as traduções são minhas).

Dada a importância que a hipótese da “Terra sem Mal” teve na redefinição da etnologia guarani contemporânea – Eduardo Viveiros de Castro menciona que Nimuendajú inaugurou os estudos guarani modernos (VIVEIROS DE CASTRO,

1987) – é surpreendente notar que nenhum trabalho tenha retornado ao dossiê “original”, justamente aquele que forneceu a matéria empírica para que Nimuendajú formulasse sua hipótese. É verdade que nas últimas duas décadas alguns trabalhos têm tentado historicizar o conceito de “Terra sem Mal” (MELIÀ, 1987; NOELLI, 1999; POMPA, 2003, 2004; COMBÈS, 2006; VILLAR; COMBÈS, 2013; JULIEN, 2007). No entanto, estes estudos críticos apoiaram-se em outros dossiês, deixando sempre intacta a beleza etnológica da hipótese formulada pelo jovem etnógrafo alemão. Já em relação aos trabalhos etnográficos e históricos realizados sobre os aldeamentos indígenas da região aqui em pauta (AMOROSO, 1998, 2014; MOTA, 1998), justamente os que poderiam

perceber mais facilmente o cerne do problema, é possível dizer que nenhum deles explorou até as últimas consequências a relação entre as migrações guarani e o contexto histórico local.

Ao colocar em diálogo os dados etnográficos fornecidos por Nimuendajú e as fontes históricas dos “Itinerários” de Lopes e Elliott, tendo sempre em mente a importância das diferentes escalas temporais das narrativas, é possível dizer que ambos os processos parecem representar um único e mesmo evento histórico, porém, narrados por duas visões opostas. Assim, não parece ser possível distinguir, como fizeram alguns trabalhos sobre a temática do profetismo tupi, uma dinâmica interna e outra externa sobre os movimentos observados (CLASTRES, 1975; MÉTRAUX, 1927, 1928; SCHADEN, 1974 [1962]). Dessa forma, a reconstrução de tal evento ganha múltiplos significados sempre e quando o amplo projeto de povoamento e colonização

do interior de São Paulo, Paraná e Mato Grosso seja lido em paralelo e como a imagem em negativo das migrações descritas por Nimuendajú – e vice-versa.

ALGUNS CACIQUES GUARANI

Diante do problema de tentar compreender um pouco melhor as causas dos deslocamentos acima mencionados, a reconstrução de biografias, ou melhor, a reconstrução de “vidas minúsculas”, como diria Pierre Michon (1984), parece ser uma ferramenta com muito potencial heurístico. Assim, na sequência, e com base em certos elementos da trajetória de alguns caciques guarani da segunda metade do século XX, delinearemos uma espécie de tipologia de formas de mediação que, por sua vez, nos permita pensar as formas de territorialidade guarani de maneira mais complexa, e não

apenas através de uma única teoria geral, simbólica ou material. É evidente que temos situações em que grupos de indígenas se aproximaram das frentes de expansão em busca de novas condições materiais de vida; também é clara a possibilidade de que outros grupos se afastaram dessas mesmas frentes por razões religiosas. No entanto, parece ser precisamente entre um polo e outro deste cenário dicotômico que podemos, talvez, determinar com mais precisão a complexidade dos fenômenos de territorialidade, incluindo nesta compreensão as intenções e ações dos atores sociais envolvidos.

Desta forma, o que se propõe aqui é que pensemos quais são as categorias analíticas relevantes para refletir sobre as formas de mediação diante de situações coloniais. Tais relações são estabelecidas entre indivíduos soltos, grupos domésticos, pequenas associações políticas ou grupos étnicos? Nos casos que serão apresentados mais adiante, os



Capitão Libanio, Cayowa,
S. Pedro de Alcântara.
(Keller, 1865).



Alojamento de Cayuás em construção do Capitão Iguacu, situada perto do Salto de Itu Guaçu, no rio Amambay. Viagem exploradora de Lopes e Elliott 1857. (Elliott, 1863).



Aldeamento de N. S. de Loretto de Pirapó em 1857. Este Aldeamento foi fundado em 1856 sob auspícios do Exmo. Barão de Antonina no lugar do antigo. (Elliott, 1863).

processos observados parecem ter sido impulsionados por dinâmicas familiares próprias que configuram pequenas unidades políticas, muitas vezes instáveis no tempo.

Para ilustrar o que acabo de dizer, reconstruamos rapidamente a trajetória do cacique ou capitão Libânio, um dos personagens indígenas mais paradigmáticos para pensar as estratégias indígenas e não indígenas na órbita dos aldeamentos oficiais da segunda metade do século XIX.¹⁸ O trecho abaixo é transcrito do texto já mencionado de Elliott e é muito relevante, posto que revela a lógica dessas estratégias.

Liguarujú não se demorou em mandar emissários aos caciques que habitam as matas de Iguatemi, Inhanduracá, Tajahí, Curupaná e outros lugares, os quais foram prontos em anuir ao convite para a emigração; e ao voltar Sanches das suas explorações, achou no alojamento de Liguarujú sete chefes e mais de quinhentos índios de ambos os sexos e de toda a idade dispostos para acompanhá-lo (ELLIOTT, 1898 [1856])

Mas qual é o interesse dessa citação, além de descrever uma antiga forma de organização social e espacial estruturada por grupos familiares relativamente autônomos (te'yi) e geridos pelos seus “chefes familiares”? O que parece mais interessante a ser salientado é como Liguarujú, chefe de um desses te'yi, foi capaz de ativar uma vasta rede de alianças que conjugava chefes de outros te'yi aliados política e matrimonialmente. Assim, conseguiu reunir pessoas

¹⁸ Para uma reconstrução mais pormenorizada da trajetória do cacique Libânio, ver Cavaso (1980) e Barbosa (2015).

suficientes para se deslocarem e povoarem os aldeamentos projetados na margem oriental do rio Paraná. Nesse trecho, Elliott relata que a cada “chefe familiar” estaria associada uma casa com aproximadamente setenta pessoas.

O cacique Liguarujú, no entanto, vai desaparecendo gradualmente das fontes até transformar-se no já mencionado capitão Libânio, descrito e pintado por muitos dos seus contemporâneos (Imagem VI). Uma vez capitão, Libânio já não é apenas o principal guia das expedições levadas a cabo pelo Barão de Antonina. Uma vez estabelecido no aldeamento de São Pedro de Alcântara com sua família, ele começa a usar uniforme militar, até se tornar o principal mediador indígena, tanto para os administradores dos aldeamentos como para os próprios indígenas que queriam se transferir para esses novos espaços, até a sua morte na década de 1860 após contrair sarampo (AMOROSO, 2014). A renomeação de Liguarujú para Libânio, além de redefinir sua identidade individual, parece sugerir uma redefinição sociológica do personagem, que passa a representar um grupo de indígenas e uma primeira forma de territorialidade pós-capuchinha, justamente a daquelas famílias que se integraram ao sistema dos aldeamentos oficiais do Império.

Ao procurar acompanhar brevemente a trajetória de outros indígenas, como a do cacique Cuiabá, do cacique Cândido Venite ou do Capitão Hurú, por exemplo, surgem outras situações que dimensionam ainda novas formas de mediação que, por sua vez, se desdobram em diferentes tipos daquilo que estou chamando de forma de territorialidade. O cacique Cuiabá, juntamente

com a sua família, nunca aceitou o confinamento nos aldeamentos. No entanto, ele se instalou na periferia dos mesmos e estabeleceu trocas regulares de bens manufaturados (anzóis, facões, machados etc.) pela mão de obra de seus familiares. Assim, Cuiabá e seu grupo integravam o sistema de aldeamentos quando havia falta de braços para a construção de caminhos ou para pilotar canoas de comerciantes que passavam pela região. Essas famílias, embora contabilizadas nas estatísticas oficiais dos aldeamentos, participavam de um amplo circuito de trocas que nos ajudam a relativizar a ideia de confinamento mencionado mais acima e pensar os aldeamentos como espaços com fronteiras relativamente abertas.

O cacique Cândido Venite, por sua vez, tem uma história diferente, mas não menos interessante.¹⁹ Pelos levantamentos realizados até agora, ele parece ter sido a única liderança guarani dessa região e dessa época que procurou um advogado – o dr. Joaquim Antonio Pinto Jr. – para que o ajudasse a regularizar a situação fundiária da localidade chamada Salto Grande do Paranapanema, onde ele tinha se instalado com seus familiares.

No entanto, nesse local não havia a presença de uma estrutura missionária como nos demais aldeamentos oficiais. Venite deixou a região do rio Iguatemi, sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, de onde era originário, no ano de 1855, para se estabelecer no recém-criado aldeamento de Nossa Senhora do Pirapó (Imagem VIII), erguido sobre as ruínas do antigo aldeamento jesuíta

¹⁹ Sua trajetória pode ser seguida com mais detalhes em Pinto Jr. (1862)



de mesmo nome. No entanto, devido a uma epidemia que precipitou a extinção do aldeamento e às notícias de que a república do Paraguai estava recrutando indígenas da província do Paraná para a Guerra Grande, em 1862, Venite se dirigiu à cidade de São Paulo no intuito de se encontrar com o presidente da província e o Dr. Pinto Jr., advogado dos indígenas da província, acima mencionado. O objetivo dessa viagem era conseguir alguma verba do orçamento provincial, da rubrica Catequese e Civilização, para estabelecer sua família no Salto Grande e criar ali um aldeamento oficial nos moldes do já mencionado Decreto n. 426 de 1845.

O Capitão Hurú, por sua vez, representa outro tipo de mediação. Ele faz parte justamente daqueles grupos que preferiram continuar em suas próprias aldeias, ou alojamentos (Imagem VII) localizados nas fronteiras ainda não conquistadas da nação. Sociologicamente, ele poderia representar aqueles “cayuás”, ou aqueles indígenas livres “habitantes das matas” que teriam se “reguaranizados” após a expulsão dos jesuítas ainda no século XVIII. No entanto, esses indígenas eram “livres” apenas do ponto de vista do Estado brasileiro, que ainda não tinha conseguido exercer soberania no atual sul de Mato Grosso do Sul. Com os paraguaios da região de Concepción, ao contrário, esses indígenas, representados pelo Capitão Hurú, já mantinham relações antigas, trabalhando em alguns ervais em troca de metal, tecidos, armas, dinheiro etc. De fato, foram esses mesmos indígenas que informaram Lopes e Elliott da presença paraguaia na região do rio Iguatemi e ajudaram os estadistas da capital do Império a tomarem decisões geopolíticas sobre a ocupação

dessa região em litígio (BARBOSA, 2015). Também informaram os paraguaios sobre a crescente presença “camba” – negros ou brasileiros – na linha de fronteira.

As histórias compiladas por Nimuendajú com seus informantes guarani entre 1905 e 1913 me parecem ter ainda outro valor sociológico. Elas representam, como mencionado acima, versões elaboradas pelos descendentes, e não pelos protagonistas, das migrações ou dos deslocamentos do século XIX. São variações filtradas pela memória de uma ou duas gerações que, uma vez externadas, enfatizaram uma utopia ancorada em uma cosmologia, isto é, enfatizaram a possibilidade de encontrar uma “terra onde não mais se morre” diante do medo do iminente fim do mundo (NIMUENDAJÚ, 2013 [1908]). Será que diante da expansão paraguaia e brasileira na região de fronteira, que ao fim e ao cabo representa efetivamente o centro do mundo para inúmeros grupos de língua guarani, a promessa de criação de aldeamentos pelo Paí Guasú não teria sido lida como uma possibilidade de postergar o fim do mundo? Certamente não o mundo como um todo, mas sim o mundo conhecido por esses indígenas. Muitos deles devem ter percebido rapidamente que se haviam equivocado em suas avaliações, pois logo perceberam o que significavam as palavras dos brancos, e mais particularmente as do barão e de seus braços diretos, isto é, que promessa significava promessa, e que os aldeamentos não eram o paraíso.

Este ponto me parece central e requer uma análise mais aprofundada para que possamos discutir o que poderia estar em jogo quando os informantes de Nimuendajú

acentuaram particularmente o ato de salvação presente nos movimentos e não a conjuntura política que os levou a se deslocarem ou migrarem em direção ao leste. Uma resposta preliminar, mas ainda não suficiente para compreender o conteúdo dos relatos feitos a Nimuendajú, emerge de uma análise do contexto que o início do século XX anuncia para os Guarani de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Um contexto caracterizado justamente por um acirramento das pressões de todo tipo sobre seus territórios já em processo de redução desde a segunda metade do século XIX. Na virada do século, com a passagem do Império para a República, os aldeamentos do século XIX começam a ser extintos diante de uma nova política de loteamento progressivo de áreas anteriormente de uso (supostamente) exclusivo dos indígenas. Uma vez loteada pelas autoridades e ocupada pelos colonos, grande parte dos aldeamentos se transformou em fazendas ou em pequenos distritos, como foi o caso de Jataí ou Pedro de Toledo, por exemplo, localizados nos atuais estados do Paraná e São Paulo, respectivamente, traduzindo assim a efetividade da política indigenista da República Velha em assimilar, por decreto e não de fato, os indígenas transformando-os em nacionais.

O período desde a proclamação da República, em 1889, até a criação do SPI, em 1910, se caracteriza como um momento de relativo vazio institucional e de desmantelamento da política indigenista imperial, o que possibilitou, entre outras coisas, o ressurgimento de propostas políticas que exigiam uma política de Estado ainda mais dura, inclusive solicitando a exterminação daqueles grupos



Canal esquerda do Salto Grande dos Dourados no Rio Paranapanema. Província do Paraná
Viagem exploradora de Vergueiro, Lopes e Elliott em 1845.

que se opusessem ao inelutável avanço do “progresso”, neste caso representado pela construção da ferrovia Noroeste do Brasil. Embora essas formulações tenham sido rapidamente abandonadas pelo discurso estatal, elas denotam, pelo menos, a incidência de uma situação que foi certamente experienciada por algumas famílias indígenas como extremamente crítica e que teve, sem dúvida, algum impacto no conteúdo das histórias relatadas posteriormente a Nimuendajú.

No entanto, o novo processo de territorialização que se idealiza para os Guarani a partir da criação do SPI em 1910, isto é, a criação de Reservas, Povoações e Postos Indígenas em Mato Grosso, Paraná e São Paulo, não deve ser pensado apenas a partir de “elementos destrutivos e reducionistas”, mas também “por meio dos procedimentos e das estratégias de ressignificação que configuram as próprias iniciativas indígenas” (OLIVEIRA, 2002). Assim, seguindo a reflexão de Oliveira suscitada pela relação entre “ação indigenista” e “utopia milenarista” entre os Ticuna do alto rio Solimões, o significado da categoria “Terra sem Mal”, evocada a Nimuendajú por seus informantes, parece ganhar outro sentido e sugerir uma operação que “registra, especula e traduz nos seus próprios termos a existência de outros agentes” (OLIVEIRA, 2002). Trata-se de uma estratégia concebida em “momentos de crise quando surgem instrumentos sociopolíticos e religiosos para a intervenção e a modificação da realidade cotidiana” (OLIVEIRA, 2002).

No entanto, uma vez que passaram do sul da então província de Mato Grosso para a do Paraná, cruzando o imenso rio de mesmo nome

– e nesse sentido os indígenas talvez tenham, de fato, atravessado algo grande como o mar, onde a “Terra sem Mal” se localiza na maioria das mitologias guarani – os deslocamentos se configuraram, muitas vezes, como uma viagem sem volta, uma espécie de exílio, em que a possibilidade de formar espaços autônomos tornou-se cada vez mais improvável. Assim, paradoxalmente, em maio de 1912, já como funcionário do SPI, a única solução que Nimuendajú encontraria para uma família guarani que estava acampada a poucos quilômetros da cidade de São Paulo, nas margens do rio Tietê, seria levá-la para o Araribá, reserva indígena recém-criada no interior do estado de São Paulo pelo próprio Nimuendajú, ele mesmo criador da hipótese da “Terra sem Mal”.

referências bibliográficas

ALMEIDA, Rubem Thomaz de. Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o projeto Kaiowá-Ñandéva como experiência antropológica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

ALMEIDA, Mario Monteiro de. Episódios históricos da formação geográfica do Brasil. Fixação das raízes com o Uruguai e o Paraguai. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1951.

AMOROSO, Marta Rosa. Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

AMOROSO, Marta Rosa. Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

BARBOSA, Pablo Antunha. La Tierra sin Mal: historia de un mito. Suplemento Antropológico, Asunción, 50 (2), p. 7-236, dezembro, 2015.

BARBOSA, Pablo Antunha. Histoire d'un projet indigéniste aux frontières du public et du privé (Brésil, 1840-1860). Cahiers des Amériques Latines, 86 (3), p. 147-168, 2017.

BAZIN, Jean. Interpréter ou décrire. Notes critiques sur la connaissance anthropologique. In: _____. Des clous dans la Joconde. L'anthropologie autrement. Toulouse: Anacharsis, 2008a.

BAZIN, Jean. La production d'un récit historique. In: _____. Des clous dans la Joconde. L'anthropologie

autrement. Toulouse: Anacharsis, 2008b.

BOUTIN, Leônidas, Colônias Indígenas no Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, 36, separata, 1979.

BRAND, Antonio. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998.

CARNEIRO, David. John Henry Elliott e outros pioneiros americanos no Paraná. Curitiba: Centro Cultural Brasil-Estados Unidos de Curitiba, 1987.

CAVASO, Emílio da. Libânio Iguaçu: nobre figura indígena na história do Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 37, p. 163-169, 1980.

CHAMORRO, Graciela. História Kaiowa: das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CLASTRES, Hélène. La Terre sans Mal: le prophétisme tupi-guarani. Paris: Ed. du Seuil, 1975.

COMBÈS, Isabelle. De los candires a Kandire: la invención de un mito chiriguano. Journal de la Société des Américanistes, 92 (1-2), p. 137-163, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889). São Paulo: CPI-SP/Edusp, 1992.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do

Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELLIOTT, João Henrique. Carta de João Henrique Elliott ao Barão de Antonina. Colônia Militar do Jataí, Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 280, maço 1b, pasta 49, III – Coleções especiais, 34 – Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, II – Países e regiões, 14 – Paraguai, a) Limites - C, 05/05/1856.

ELLIOTT, João Henrique. Desenhos e planta de parte das províncias do Paraná e Mato Grosso, Rio de Janeiro, Mapoteca do Arquivo Histórico do Itamaraty, 1863.

ELLIOTT, João Henrique. A emigração dos cayuaú. Narração coordenada sob os apontamentos dados pelo Sr. João Henrique Elliott, pelo sócio efectivo, o Sr. brigadeiro J.J. Machado de Oliveira. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 19, 1898 [1856].

FERREIRA, Eva. A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952). Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, 2007.

GODOY, Marília. A visão de mundo dos índios Mbya e o impacto de políticas públicas nas aldeias do Estado de São Paulo. 30º Encontro anual da anpocs, p. 1-21, Caxambu, s/e, 2006.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Senhor de homens, terras e de animais: a trajetória política e econômica de João da Silva Machado (1800-1853). Tese (Doutorado em História) – UFPR, 2014.

IGLESIAS, Marcelo. Os kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no alto Juruá. Brasília: Paralelo 15, 2010.

JULIEN, Catherine. Kandire in real time and space: sixteenth-century expeditions from the Pantanal to the Andes. Ethnohistory, 54 (2), p. 245-272, 2007.

KELLER, Franz. Noções sobre os indígenas da província do Paraná. Boletim do Museu do Índio, 1, 1974 [1866].

KELLER, Franz. Capitão Libanio, Cayowa, S. Pedro de Alcântara, Rio de Janeiro, Seção de Iconografia, Biblioteca Nacional, 1865.

KELLER, Franz. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, Rio de Janeiro, Mapoteca, Biblioteca Nacional, Ref. 308.933 AA 1960 [1867].

KLEINPENNING, Jan. Paraguay rural 1870-1963: una geografía del progreso, el pillaje y la pobreza. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. Pai-Tavyterã: etnografia guaraní del Paraguay contemporáneo. Asunción: Ceaduc-Cepag, 2008 [1976].

MELIÀ, Bartomeu. La Tierra sin Mal de los Guaraní: economía y profecía. Suplemento Antropológico, 22, p. 81-98, 1987.

- MÉTRAUX, Alfred. Les migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des Américanistes*, 19 (1), p. 1-45, 1927.
- MÉTRAUX, Alfred. La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- MONTEIRO, John. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John. Tupis, tapuias e historiadores. *Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2002. Tese Livre Docência – Unicamp, 2002.
- MOTA, Lúcio Tadeu. O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889). Tese (Doutorado em História) – Unesp, 1998.
- MOTA, Lúcio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). *Diálogos*, 10 (1), p. 117-142, 2006.
- MURA, Fabio. À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Rio de Janeiro: ABA, 2019.
- NIMUENDAJÚ, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987 [1914].
- NIMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. *Tellus*, 13-24, p. 312-360, jan./jun. 2013 [1908].
- NOELLI, Francisco. Curt Nimuendajú e Alfred Métraux: a invenção da busca da “Terra sem Mal”. *Suplemento Antropológico*, 34 (2), p. 123-166, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco. O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo/Brasília: Marcp Zero/CNPq, 1988.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Ação indígenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- PINTO JR., Joaquim Antonio. Memória sobre a catequese e civilização dos indígenas da província de S. Paulo. Santos: Typ. Comercial. Pinto Jr., 1862.
- POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: Edusc. 2003.
- POMPA, Cristina. O profetismo tupi-guarani: a construção de um objeto antropológico. *Revista de Índias*, 64, p. 141-174, 2004.
- RENGGER, Johann Rudolph. *Viaje al Paraguay en los años 1818 a 1826*. Asunción: Ed. Tiempo de Historia, 2010 [1835].
- REZENDE, Astolpho. O Estado de Matto-Grosso e as supostas terras do barão de Antonina. Rio de Janeiro: Papelaria Sta Helena/ S. Monteiro & Cia. Ltda., 1924.
- SABOYA, Vilma. A lei de Terras e a política imperial: seus reflexos na província de Mato Grosso. *Revista Brasileira de História*, 15-30, p. 115-136, 1995.
- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: Edusp, 1974 [1962].
- SCHELER, Carlos. Esboço topográfico da Fazenda dos Índios (18000 alqueires) na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, São Paulo, Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, MI_CAR_04_08_223_01_01, 1897.
- VIANA, Hélio. História das fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1948.
- VILLAR, Diego; COMBÈS, Isabelle. La Tierra sin Mal. Leyenda de la creación y destrucción de un mito. *Tellus*, 13-24, jan./jun., 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Nimuendaju e os Guarani. In: _____. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1987.
- WILDE, Guillermo. Religión y poder en las misiones de Guaraníes. Buenos Aires: SB, 2009.
- WISSENBACH, Maria Cristina. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História*, 15-30, p. 137-155, 1995.